



**PROCESSO N°** : 2014/31000/0332  
**UNIDADE GESTORA** : 310100 – Secretaria da Segurança Pública  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2013  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

## RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 37/2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria da Segurança Pública, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo não está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. 148, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executada no período, apresenta superávit orçamentário de 2,83%, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 86,43%, conforme quadros a seguir:



CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	216.134.433,00	212.405.500,78	98,27
Despesa de Capital	34.931.730,00	4.582.698,54	13,12
<b>TOTAL</b>	<b>251.066.163,00</b>	<b>216.988.199,32</b>	<b>86,43</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	211.873.204,00	211.873.183,78	99,99
223 - Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	312.000,00	2.415,75	0,77
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	10.698.959,00	4.847.808,57	45,31
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	5.000.000,00	264.791,22	5,29
4221 - Operações de Crédito Vinculada-PIRMC	23.182.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>251.066.163,00</b>	<b>216.988.199,32</b>	<b>86,43</b>

3.3 As alterações no orçamento inicial reflete um aumento de 17,35%, o que preliminarmente, não significa dizer que houve o descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação em relação ao orçamento total do Executivo foi dentro do limite permitido para a alteração orçamentárias.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 6.541.236,78 somada à receita extra orçamentária no valor de R\$ 243.676.585,24 às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 216.773.243,49 e ao saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 5.553.428,50 foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 216.988.199,32, extra orçamentárias no valor de R\$ 244.943.540,40, restando saldo de R\$ 10.612.754,29 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 149.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 150, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:





3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em 85,74%, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, suprimento de fundos e almoxarifado é maior que o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS e obrigações a pagar – Almox/Folha de Pagamento em 188.38%.

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de 11,57% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento do passivo permanente.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 32.894.410,94, sendo que R\$ 7.954.348,92 são de bens móveis, R\$ 13.209.573,70 são de bens imóveis, R\$ 641.887,13 são bens próprios em processo de localização, R\$ 11.162.630,23 são bens imóveis a cadastrar e R\$ 74.029,04 de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis por aquisição no valor de R\$ 530.351,91, por transferência de R\$ 55.006,00, por valorização de R\$ 83.349,75 e baixa por transferência de R\$ 4.037,50 e por desvalorização na ordem de R\$ 5.274,48, havendo divergência devido a não juntada de todos os relatórios analíticos e sintéticos do SISPAT, para a devida análise e conciliação com o SIAFEM.

3.5.4.1 Os bens de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de R\$ 27.479.495,20 deste valor R\$ 26.093.172,94 são de bens móveis, R\$ 1.386.069,71 bens móveis em processo de localização e R\$ 252,55 são Bens de Terceiros não Localizados do Exercício Anterior.

3.5.5 A conta contábil “Almoxarifado” apresenta saldo no valor de R\$ 479.587,32, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 433 a 489.

3.5.6 A conta “Disponível” registra saldo no valor total de **R\$ 10.612.754,29**, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

3



a) banco movimento **R\$ 3.119.306,07:**

1 - **R\$ 2.505,12** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 3.116.800,95** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira – poupança **R\$ 7.493.448,22**

3.6 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de R\$ 17.119.690,71 correspondentes às inscrições em consignações, caução, outros credores, restos a pagar, valores não reclamados e obrigações a pagar Almox/Folha de Pagamento.

3.7 O Demonstrativo do Ativo Realizável evidencia um saldo no valor de R\$ 143.633,39, referente a outros devedores, os quais não foram identificados pela contabilidade.

3.8 O saldo inicial da conta “exigível a longo prazo” registra **dívida fundada** no valor de R\$ 598.978,50, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2013 foi efetuado pagamento no valor de R\$ 327.760,90, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R\$ 271.217,60.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos e inspeções nos procedimentos administrativos foi possível identificar falhas e propor correções, conforme relatório de inspeção n.º 005/2013.



5. Ressalte-se, por oportuno, que não consta nos autos informação de que houve auditoria do Egrégio Tribunal de Contas, no exercício em análise.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 15 a 73, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

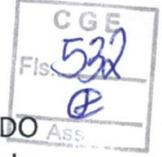
6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/03 TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria da Segurança Pública**, à eficiência e eficácia dos projetos, atividades e produtos, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance do objetivo definido no Programa Temático **Segurança e Proteção ao Cidadão**, e com suporte nas ações do Programa Gestão e Manutenção da Secretaria da Secretaria da Segurança Pública

6.1.1.1 Para esse objetivo foram estabelecidas metas quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um baixo grau de eficiência alcançado para os objetivos regionalizados, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 31 a 32.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA foi realizada por meio da aferição de 04 (quatro) indicadores, dos quais 02 (dois) apresentaram um nível satisfatório para o órgão, e os outros 02 (dois) foram constatados níveis insatisfatórios apurados, conforme análise às fls. 23 a 30.





6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar 4 (quatro) serviços à sociedade, de um total de 7 (sete), demonstrando um bom grau de eficiência alcançado pela entidade.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 14 (quatorze) ações orçamentárias, sendo 09 (nove) de natureza atividade e 05 (cinco) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um ótimo grau de eficiência, apesar da não realização física de 02 (ações) e financeira de 03 (três) delas, respectivamente.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, todas de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,99 % de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de R\$ 5.676.196,59, de instituições privadas no valor de R\$ 156.000,00, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 107, e não houve transferência de recursos, conforme Anexo 2 às fls. 104.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 490 a 512**, um quantitativo de **2.529** servidores ativos, sendo que não foi informado o quantitativo dos servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso e por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis José Eliú de Andrada Jurubeba, João Fonseca Coelho, Eduardo Márcio Batalha Macedo, Evaristo Ferreira da Silva e outros relacionados neste processo às fls. 06.

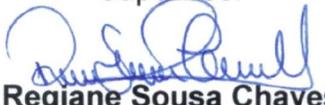
*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2014.

  
**Allan Garcia Farias Monteiro**

Supervisor

  
**Regiane Sousa Chaves**

Supervisor

  
**Léia Saraiva Pereira Costa**

Analista de Controle Interno

  
**Rosário Luiz da Silva**

Coordenador de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.



**Cleber Barros Arraes**

*Diretor do Controle Interno*